



Congresso aprova pautas para o ACT e reforma do estatuto



De 26 a 28 de junho, petroleiras e petroleiros de Minas Gerais participaram de intensos debates e decisões importantes, durante o 39º Congresso Estadual de Petroleiros, promovido pelo Sindipetro/MG, que foi avaliado de forma positiva pela diretoria do Sindicato. Foram debatidos temas da conjuntura e da pauta de reivindicações para o Acordo Coletivo de Trabalho de 2025 para a categoria ativa e aposentada, a ser encaminhada pela delegação mineira eleita para a 12ª Plenafup.

De caráter estatutário, o Congresso cumpriu o objetivo de debater e aprovar propostas de mudanças em oito pontos do estatuto da entidade para atualizar e democratizar a gestão sin-

dical. A reforma será referendada em assembleias da categoria.

O economista Clovionmar Cararine, do Dieese/FUP, apresentou dados sobre o aumento do lucro da Petrobrás e do percentual de distribuição de dividendos, principalmente para os acionistas estrangeiros. A empresa lidera o grupo das dez maiores empresas pagadoras de dividendos no Brasil e figura entre as 20 maiores do mundo. Ao mesmo tempo em que o número de trabalhadores na empresa segue uma trajetória de queda e redução de investimentos.

De 2013 a 2024, a queda do número de trabalhadores foi de 38%. Ele lembrou que, ao contrário do que os gestores afirmam, o

custo com os trabalhadores não é alto. “Em 2024, essas despesas foram de apenas 6%”. E, ainda, as perdas acumuladas salariais acumulam 1,9%. “Não faz sentido apertar o cinto, como sugeriu a presidenta Magda”, afirmou a dirigente da FUP, Cibele Vieira.

Na mesa que discutiu as pautas da ativa, as principais reivindicações, além das cláusulas econômicas, são sobre condições de trabalho e SMS. Propostas sobre regimes e jornada de trabalho, aumento do efetivo e regras justas nos casos de transferências. Uma delas é a realização de concursos públicos com estímulo à contratação de mulheres.

Plano de Cargos

Outra pauta bastante importante é a da unificação

do Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Sistema Petrobrás, construída pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) e Federação Nacional dos Petroleiros (FNP). As entidades estão em negociação com a empresa, sendo que a primeira reunião de várias rodadas aconteceu no dia 25/06. As entidades cobram o processo anual de avanço de nível e promoção, que acontece normalmente no mês de julho, mas que até o momento, ainda não há informações por parte da empresa, gerando preocupação na categoria, principalmente, após as declarações recentes da gestão sobre austeridade e cortes de gastos. As próximas reuniões estão marcadas para os dias 09 e 17 de julho.

Diretora Carmen assume coordenação interina do sindicato



O Sindipetro/MG informa que, em função das férias do coordenador-geral do Sindipetro/MG, Guilherme Alves, por 20 dias, a diretora Carmen Lúcia Gonçalves Rodrigues assumiu interinamente a coordenação-geral do Sindicato nesse período. É a primeira vez, na história do Sindicato, que uma mulher será coordenadora da diretoria.

No revezamento de liberações sindicais, o diretor Felipe Pinheiro retorna à base, enquanto os dire-

tores Cristiano Almeida Pereira e Rafael Geraldo de Queiroz Sousa ficam liberados em tempo integral para as atividades sindicais.

A nova configuração das liberações sindicais segue a política de revezamento da diretoria colegiada do Sindipetro/MG. Em caso de denúncias sobre irregularidades no trabalho, entre em contato com a diretoria ou faça contato pelos canais de comunicação do Sindicato.

Centrão joga contra os mais pobres

Congresso Nacional impõe obstáculos a medidas que taxam os mais ricos e aprova aumento do número de deputados

No dia 25/06, o Congresso Nacional, dominado pelos parlamentares do Centrão e da extrema direita, derrubou o Decreto 12.499/25 do Governo Lula que aumentava o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), taxa imposta em operações financeiras de empresas. A oposição ao governo quer jogar o ajuste fiscal na conta dos mais pobres, pressionando o corte de recursos para as áreas da educação, saúde e previdência, enquanto seguem garantindo privilégios a si próprios e aos setores que representam.

No dia seguinte à derubada do decreto do IOF, os parlamentares aprovaram o aumento no número de deputados, com o custo de R\$ 95 milhões por ano aos cofres públicos. Além disso, seguem irreduzíveis quanto à manutenção das emendas parlamentares bilionárias — usadas sem transparência e frequentemente ligadas a escân-

dalos de corrupção.

Os parlamentares de direita também têm interferido em decisões do governo, com vetos a medidas que ajudariam a conter o aumento na conta de luz da população. Essa ofensiva se soma à resistência em pautas populares, como a isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil, o fim da escala 6x1 e a valorização real do salário mínimo.

O Brasil tem um Congresso dominado por interesses da elite financeira, do agronegócio e das grandes empresas. A classe trabalhadora precisa estar atenta, entendendo o jogo político para inviabilizar o governo, com vistas às eleições de 2026. Exigimos justiça tributária, com a taxa dos super-ricos, das grandes fortunas e dos lucros e dividendos — e não pelo desmonte de fontes de arrecadação que financiam saúde, educação e serviços públicos.